

Sul América Odontológico S.A.
CNPJ 11.973.134/0001-05

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Odontológico S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e compreendem as normas emitidas pela ANS e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 528 emitida em 29/04/2022. O pronunciamento CPC 50, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, essas demonstrações financeiras, não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. **1. Principais Informações financeiras:**

(R\$ milhões)	2023	2022	Δ
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde	154,5	144,8	6,7%
Eventos indenizáveis líquidos	-65,1	-65,9	-1,2%
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	89,3	78,9	13,3%
Resultado financeiro líquido	6,3	8,3	-24,2%
Resultado patrimonial	0,0	-1,5	NA
Resultado antes dos impostos e participações	30,1	25,5	17,9%
Resultado líquido	20,1	28,0	-28,3%

2. Comentário sobre o desempenho: No exercício de 2023, as contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde totalizaram R\$154,5 milhões, aumento de 6,7% em relação a 2022, enquanto os eventos indenizáveis líquidos somaram R\$65,1 milhões, redução de 1,2% na comparação com o ano anterior. O resultado das operações com planos de assistência à saúde foi de R\$89,3 milhões, crescimento de 13,3% frente ao exercício anterior. O resul-

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)

Ativo	Notas	2023	2022	Passivo	Notas	2023	2022
Circulante		115.615	84.441	Circulante		51.019	44.892
Disponível		740	2.180	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	9	20.159	23.526
Realizável		114.875	82.261	Provisões de contraprestações		10.728	8.884
Aplicações financeiras	5	80.137	51.083	Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG		7.812	7.319
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		33.104	39.844	Provisão de Eventos/Sinistros a liquidar para outros prestadores		1.619	7.323
Aplicações livres		47.033	11.239	Débitos de operações de assistência à saúde		5.836	4.605
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		16.093	11.772	Contraprestações a restituir		3	1
Contraprestação pecuniária a receber	6	15.990	11.599	Receita antecipada de contraprestações		122	268
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		103	173	Comercialização sobre operações		5.046	4.138
Despesas diferidas		2.463	2.097	Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde		665	198
Créditos tributários e previdenciários	7	1.915	1.478	Débitos com operações assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		-	652
Bens e títulos a receber		12.445	14.064	Provisões		658	1.074
Despesas antecipadas		1.822	1.767	Provisão para IR e CSLL		102	475
Não circulante		178.380	194.590	Provisões para ações judiciais	13,2	556	599
Realizável a longo prazo		9.609	22.594	Tributos e encargos sociais a recolher	10	2.414	2.200
Créditos tributários e previdenciários	7	2.843	3.724	Débitos diversos	11	21.952	12.835
Títulos e créditos a receber		80	28	Não circulante		11.489	18.316
Despesas de comercialização diferidas		381	873	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	9	148	153
Ativo fiscal diferido	7	-	4.777	Provisão de Eventos/Sinistros a liquidar para outros prestadores		139	135
Depósitos judiciais e fiscais	13,1	472	479	Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		9	18
Outros créditos a receber a longo prazo		5.833	12.713	Provisões		6.055	5.532
Imobilizado		1.275	2.805	Provisões para tributos diferidos	7	1.987	-
Imobilizado de uso próprio		661	1.096	Provisões para ações judiciais	13,2	4.068	3.532
Imobilizado - Não hospitalares / Odontológicos		661	1.096	Débitos diversos	11	5.286	14.631
Outras imobilizações		552	23	Patrimônio líquido		231.487	216.183
Direito de uso de arrendamentos		62	1.686	Capital social	14,1	202.595	202.595
Intangível	8	167.496	169.551	Reservas		28.918	13.586
				Reservas de lucros		28.918	13.586
Total do ativo		293.995	279.391	Ajustes de avaliação patrimonial		(26)	2
				Total do passivo		293.995	279.391

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Descrição	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01/01/2022	202.595	2.509	21.029	23.538	(59)	-	226.074
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	61	-	61
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	28.048	28.048
Proposta para destinação do lucro:							
Reserva legal	-	1.402	-	1.402	-	(1.402)	-
Dividendos intermediários, na proporção de R\$0,19 (em reais) por ação, conforme RCA do dia 27/05/2022	-	-	(11.354)	(11.354)	-	(8.646)	(20.000)
Dividendos obrigatórios intercalares, na proporção de R\$0,08 (em reais) por ação, conforme RCA do dia 24/10/2022	-	-	-	-	-	(6.662)	(6.662)
Dividendos intercalares, na proporção de R\$0,08 (em reais) por ação, conforme RCA do dia 24/10/2022	-	-	-	-	-	(1.338)	(1.338)
Dividendos intercalares, na proporção de R\$0,10 (em reais) por ação, conforme RCA do dia 29/11/2022	-	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)
Saldos em 31/12/2022	202.595	3.911	9.675	13.586	2	-	216.183
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(28)	-	(28)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	20.108	20.108
Proposta para destinação do lucro:							
Reserva legal	-	1.005	-	1.005	-	(1.005)	-
Reserva estatutária	-	-	14.327	14.327	-	(14.327)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(4.776)	(4.776)
Saldos em 31/12/2023	202.595	4.916	24.002	28.918	(26)	-	231.487

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA ODONTOLÓGICO S.A., denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14/05/2010, domiciliada no Brasil, com sede na Alameda Santos, nº 2.101, 4º andar, Cerqueira César, no estado de São Paulo. A Companhia foi adquirida em 02/08/2010 pela Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA SAUDE), tendo como objeto social principal a operação de planos privados de assistência à saúde odontológica, conforme autorização concedida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em 24/01/2011. A CIA SAUDE, com 100% de ações, é tem como controladora indireta a Rede D'Or São Luiz S.A. ("Rede D'Or"), com 47,26% de participação direta e 52,74% de participação indireta através de outras controladas. A Rede D'Or é uma companhia de capital aberto e divulgou, em 26/03/2024, no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2023, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela ANS e compreendem as normas emitidas pela ANS e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 528 emitida em 29/04/2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Companhia em sua gestão. O pronunciamento CPC 50, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, essas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. A Diretoria manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 27/03/2024. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção do seguinte item reconhecido nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5). **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo das práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • As contraprestações emitidas são apropriadas à receita considerando o período de cobertura do risco, quando se trata de contratos com preços pré-estabelecidos; • Os agenciamentos de seguros e os custos diretos relacionados ao processo de angariação são registrados como despesas de comercialização diferidas, e são amortizados pelo prazo máximo de 36 meses de permanência dos segurados na carteira, considerando a vigência das aplicações, o prazo de cobertura e a expectativa de cancelamento ou renovação das aplicações; • Os eventos indenizáveis são apropriados à despesa, considerando a data de apresentação da conta médica pelos prestadores de serviços da Companhia. **3.1.2. Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices deflacionários legais ou em contratos; • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros:** **3.2.1. Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. **3.3. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esses ativos são reconhecidos no resultado. **3.4. Redução ao valor recuperável:** **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresentem efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ativo ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. Não há ativos não financeiros com perdas de valor recuperável em 31/12/2023 e 2022, e não houve registro de perdas nos resultados dos respectivos exercícios. **3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social corrente e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 5 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **3.6. Provisões técnicas de contratos de seguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela ANS, conforme a seguir: **3.6.1. Provisão de Prêmios ou Contribuições Não Ganhos (PPCNG):** A PPCNG é constituída pelo método pro-rata di, tendo como base os prêmios ou contribuições comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco. **3.6.2. Provisão de eventos a liquidar:** A Provisão de eventos a liquidar é constituída para a cobertura dos valores a pagar por eventos já avisados até a data-base das demonstrações financeiras, compreendendo: • O valor dos fluxos dos prestadores de serviços e reembolsos solicitada, adicionada das despesas diretamente relacionadas (Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE), calculada com base nos avisos de eventos. **3.6.3. Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA):** A PEONA, também conhecida no mercado internacional como IBNR (Incurred But Not Reported), é constituída para a cobertura dos eventos ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras e calculada com base no IBNR (Incurred But Not Paid), subtraído da SINR (Provisão de Eventos/Sinistros a liquidar). Para apurar o IBNR, é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de run-off mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 36 meses, adicionado da ALAE, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. **3.7. Provisões para ações judiciais:** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia.

3.7.1. Cíveis e trabalhistas: No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desempenho financeiro. Caso o processo judicial cível seja classificado como relevante, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 110% da estimativa feita, sendo os 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Ressalta-se que, uma vez que dada a individualidade e particularidade deste tipo de ação, não é possível basear as provisões nos valores já dispendidos em outros casos. Todos os processos trabalhistas são classificados como especiais em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), no caso dos processos cíveis, ou pela Taxa Referencial (TR), no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,65% ao ano (10,58% em 2022). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza civil não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões para ações judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais são contabilizados no ativo não circulante em rubrica própria e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e pelo Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELC) para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. **3.7.2. Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas com tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, que estejam sendo discutidas na esfera judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente, conforme disposto pela legislação de regência do tributo em disputa. Provisões são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. Nestes termos, provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado, sendo assim passível de reconhecimento contábil dentro das demonstrações financeiras, sob rubrica "Provisões para ações judiciais", no passivo circulante e não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à legalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, sob a rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente com base na variação da taxa SELIC, em conformidade com a legislação vigente. **3.8. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria aprova as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Diretoria é refletido em subcontos no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.9. Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a eventos, ao prazo de diferimento de certas despesas de comercialização, a probabilidade de êxito nas ações judiciais ao valor do desembolso provável refletidos nas provisões para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam sem efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrerem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado (nota 5); • Movimentação de créditos tributários (nota 7); • Provisões técnicas de operações de assistência à saúde (nota 9); e • Provisões para ações judiciais (nota 13). **3.10. Normas emitidas e revisadas:** **3.10.1. Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS):** CPC 48 Instrumentos Financeiros: O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Adicionalmente, a Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, que são aplicadas às divulgações em 2023, mas que, em geral, não foram aplicadas à informação comparativa. **3.10.1.1. Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros:** O CPC 48 - Instrumentos Financeiros, substituiu as orientações existentes no CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e passou a vigorar para os períodos de divulgação anual iniciados em (ou após) 01/01/2018, sendo recepcionado pelo órgão regulador através da Resolução Normativa ANS 472/2021, entrando em vigor a partir de 01/01/2023. De acordo com o CPC 48, a classificação dos ativos financeiros deve ser realizada através de uma análise conjunta das características de fluxos de caixa contratuais e do respectivo modelo de negócios para a gestão desses ativos. O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, elimina as antigas categorias do CPC 38, para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. As três categorias para classificação dos ativos financeiros são: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao custo amortizado. (i) **Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado (VJR):** São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. (ii) **Ativos financeiros - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** São reconhecidos pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento do principal e juros. (iii) **Ativos financeiros - Custo amortizado:** São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2023.

tado financeiro líquido somou R\$6,3 milhões em 2023, redução de 24,2% em relação a 2022. O resultado líquido da Companhia totalizou R\$20,1 milhões, 28,3% inferior ao exercício anterior.

3. Distribuição do resultado: (R\$ milhões)	2023	2022
Lucro antes dos impostos e participações	30,1	25,5
(+) Impostos e contribuições	-8,9	2,4
(-) Participações	-1,1	0,1
Lucro líquido do exercício	20,1	28,0
Constituição da reserva legal	-1,0	-1,4
Lucro líquido ajustado	19,1	26,6
Dividendos obrigatórios	4,8	6,7
25% do lucro líquido ajustado (a)	-	-
(-) Dividendos antecipados a serem imputados nos dividendos obrigatórios (b)	-	-
(+) Dividendos antecipados a não serem imputados nos dividendos obrigatórios	-	20,0
Saldo dos dividendos obrigatórios: (d) = (a) - (b) - (c)	4,8	-
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos	4,8	-
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	14,3	-

4. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento (custo amortizado)". A Companhia não possui ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento (custo amortizado)". **5. Acordo de acionistas:** A Sul América Odontológico S.A. não é parte em acordos de acionistas. São Paulo, 27 de março de 2024.

A ADMINISTRAÇÃO.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Notas	2023	2022
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		154.476	144.774
Recetas com operações de assistência à saúde		161.837	151.357
Contraprestações líquidas	15,1	161.837	151.357
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(7.361)	(6.583)
Eventos indenizáveis líquidos		(65.141)	(65.913)
Eventos conhecidos ou avisados	15,2	(70.854)	(63.132)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		5.713	(2.781)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		89.335	78.861
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		5.134	1.451
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		-	1.016
Outras receitas operacionais		-	1.016
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	15,3	(15.796)	(15.374)
Outras despesas operacionais de planos de assistência à saúde			

continuação

Sul América Odontológico S.A. | CNPJ 11.973.134/0001-05

UF	Representatividade	
	2023	2022
	Reapresentado (a)	
SP	66,56%	71,07%
RJ	8,49%	6,30%
PE	4,74%	11,98%
SC	0,12%	0,10%
MG	14,09%	3,87%
PA	0,44%	0,42%
PR	2,44%	2,20%
Outros	3,12%	4,06%
Total	100,00%	100,00%

(a) A Companhia, durante o ano de 2023, fez reavaliações de seus controles internos relacionados a concentração das operações e obteve melhorias operacionais para divulgação dos números, com isso houve a necessidade de reavaliação do ano anterior para que as informações fossem divulgadas na mesma base de comparação. 4.2. Riscos de subscrição: Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas precificações ou na constituição das provisões técnicas. Nos negócios de Odonto a Companhia possui maior flexibilidade na gestão dos reajustes de seus contratos. Além dos riscos de precificação mencionados acima, existe o risco de inadequação das provisões técnicas constituídas, que podem ser materializados em qualquer uma das linhas de negócios da Companhia. 4.2.1. Riscos de precificação: Atualmente, a Companhia possui modelos atuariais específicos de precificação, para cada um de seus produtos, permitindo acurácia na determinação dos preços para cada cliente frente aos compromissos contratuais estimados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. Adicionalmente, a Companhia conta com ações específicas para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seus segurados. Dentre estas ações pode-se destacar: processos de eficiência de custos; auditorias preventivas pré-pagamentos; otimização da rede de prestadores de serviços; programas de saúde ativa e inspeções detalhadas na subscrição de algumas apólices. Uma das formas de mensurar possíveis impactos nos resultados e patrimônio líquido, decorrentes dos riscos de subscrição é sensibilizar as variáveis que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos produtos, inadequação de preços ou ainda insuficiência nas provisões técnicas. As análises de sensibilidade a seguir, buscam simular os possíveis impactos destas oscilações no resultado e no patrimônio líquido:

Premissas	2023	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Aumento de 5% na sinistralidade	(3.258)	(1.955)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(860)	(516)
Aumento de 5% nos custos de aquisição	(1.409)	(846)
Redução de 5% na sinistralidade	3.258	1.955
Redução de 5% nas despesas administrativas	860	516
Redução de 5% nos custos de aquisição	1.409	846

Descrição	Sem vencimento	Até					Valor de custo	Valor de mercado	Valor contábil
		01 ano	De 1 ano até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos			
Instrumentos financeiros									
Aplicações financeiras	80.135	2	-	-	-	80.137	80.137	80.137	
Valor justo por meio do resultado	80.135	2	-	-	-	80.137	80.137	80.137	
Contraprestações pecuniárias a receber (a)	-	7.139	-	-	-	7.139	-	7.139	
Provisões técnicas	-	20.159	16	53	61	18	-	20.307	

Descrição	Sem vencimento	Até					Valor de custo	Valor de mercado	Valor contábil
		01 ano	De 1 ano até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos			
Instrumentos financeiros									
Aplicações financeiras	51.083	-	-	-	-	51.083	51.083	51.083	
Valor justo por meio do resultado	51.083	-	-	-	-	51.083	51.083	51.083	
Contraprestações pecuniárias a receber (a)	-	4.894	-	-	-	4.894	-	-	
Provisões técnicas	-	23.526	5	40	69	39	-	23.679	

(a) Considera a contraprestação pecuniária a vencer, líquida de redução ao valor recuperável, quando aplicável.

4.4. Riscos de crédito: Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumpri-los nos termos em que foi acordado. Estes riscos poderiam ser materializados e afetar significativamente os resultados esperados caso os emissores de créditos não honrem com os pagamentos nas datas previstas. Em relação ao monitoramento da inadimplência de seus segurados e parceiros comerciais, a Companhia realiza redução ao valor recuperável dos prêmios a receber de acordo com as melhores práticas e legislação vigente (ver informação adicional na nota 6). 4.5. Riscos operacionais: O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações. Dessa forma, a gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos. O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através do mapeamento dos processos organizacionais. Os riscos são quantificados através de metodologia específica gerando planos de ação nos casos necessários. A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação de mitigadores (risco inerente) e após a ação dos mitigadores (risco residual), levando em consideração a frequência, a severidade e mitigadores dos riscos identificados.

4.6. Riscos legais e compliance: Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais. 4.6.1. Gestão dos riscos legais: Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. Adicionalmente, a área atuarial utiliza uma metodologia específica de experiência de pagamento para o cálculo da provisão judicial baseada na relação histórica observada entre o custo do processo encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago se perdéssemos a causa (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é litigante ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento. 4.6.2. Gestão dos riscos de compliance: A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos reguladores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores.

4.7. Gestão de capital: A gestão de capital é realizada na Companhia através de um processo contínuo de cálculo e monitoramento do capital regulatório requerido e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Companhia. A Companhia apura mensalmente a suficiência do Patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos em relação ao capital regulatório requerido. Durante os anos de 2023 e 2022, o valor apurado sempre foi suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelos reguladores. Além disso, são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxiliar na gestão dos negócios.

Descrição	2023	2022
Patrimônio líquido	231.487	216.183
Deduções		
Despesas de comercialização diferida	(2.844)	(2.970)
Despesas antecipadas	(4.058)	(5.755)
Intangível	(167.496)	(159.551)
Patrimônio líquido ajustado	57.089	37.907
Solvência (a)	16.691	30.271
Suficiência	40.398	7.636

(a) A Companhia considera o diferimento da margem de solvência, calculado com base na Resolução Normativa nº 451/2020. 5. Aplicações: 5.1. Composição das aplicações: Em 31/12/2023 e 2022 os saldos avaliados pela curva e o valor de mercado das aplicações financeiras estão representados pelas cotas de fundos de investimentos não exclusivos e montam R\$90.137 e R\$5.1083, respectivamente.

Descrição	Valor justo por meio do resultado	
	2023	2022
Saldo em 01/01/2022	51.467	
Incorporação	14.061	
Aplicações	142.178	
Rendimentos resgate	(4.497)	
Principal resgate	(159.282)	
Resultado financeiro	7.802	
Saldo em 31/12/2022	51.083	

Descrição	Valor justo por meio do resultado	
	2023	2022
Saldo em 31/12/2022	51.083	
Aplicações	143.903	
Rendimentos resgate	(7.143)	
Principal resgate	(115.748)	
Resultado financeiro	8.042	
Saldo em 31/12/2023	80.137	

5.3. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado: Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento não exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3). A Companhia possui uma metodologia de classificação para os ativos que possui os seguintes níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (I) Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (II) Nível 2: Informações, exceto os preços cotados (incluindo no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (III) Nível 3: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis, modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. Nível 2: Cotas de fundos de investimentos: Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mensurados ao custo amortizado, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

Ativos financeiros	2023		2022	
	Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2
Valor justo por meio do resultado	80.137	51.083		
Total	80.137	51.083		

Saldo em 01/01/2022	Redução ao valor recuperável		Total
	Prêmios	Outros	
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/constituição	153.324	(23.847)	129.477
Recuperações/reversão	(138.328)	7.444	(130.884)
Incorporação Prodent	41.165	(34.197)	6.968
Saldo em 31/12/2022	76.115	(64.816)	11.299
Circulante			11.299

6.2. Contraprestação pecuniária por vencimento: As contraprestações pecuniárias a receber, por vencimento, estão distribuídas da seguinte forma:

Premissas	2022	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Aumento de 5% na sinistralidade	(3.296)	(1.977)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(667)	(400)
Aumento de 5% nos custos de aquisição	(1.328)	(797)
Redução de 5% na sinistralidade	3.296	1.977
Redução de 5% nas despesas administrativas	667	400
Redução de 5% nos custos de aquisição	1.328	797

4.2. Riscos de inadequação das provisões técnicas: A gestão das provisões técnicas constituídas é um processo contínuo coordenado pelo departamento atuarial corporativo através de metodologias específicas e internacionalmente consagradas, adaptadas para as características de cada um dos produtos, comportamento dos clientes e processos de regulação de sinistros administrativos e judiciais para gestão dos riscos envolvidos no processo, a Companhia conta com os recursos técnicos que visam revisar premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo de tomada de decisão, entre elas podem-se destacar: • Testes de consistência das metodologias de constituição de provisões; • Avaliação prospectiva quanto à adequação das provisões técnicas; e • Controles através de modelos estatísticos para avaliar oscilações periódicas discrepantes nas provisões. 4.3. Riscos de mercado: Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica. Esta política estabelece e descreve as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Liquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Atuariais e Investimentos. A área de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e realocamentos periódicos. De acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (Value at Risk) e realizados Testes de Estresses (Stress Test) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e Teste de Estresse são revisados anualmente e definidos conforme Apetite a Riscos da Companhia. Os cálculos do VaR não apresentam resultados significativos de baixa volatilidade dos ativos (referências ao CDI). Seus investimentos, no valor de R\$80.095 em 31/12/2023 (R\$51.084 em 2022) estão indexados 100% em SELIC/CDI. 4.3.1. Riscos de liquidez: Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar tempestivamente os compromissos assumidos em função do decréscimo entre fluxos de pagamentos e recebimentos. A Política de Investimentos da Companhia prevê montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de sinistros e benefícios. São realizadas projeções do caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anomalia, possuindo um controle sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 31/12/2023 e 2022:

Descrição	Sem vencimento	Até					Valor de custo	Valor de mercado	Valor contábil
		01 ano	De 1 ano até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos			
Instrumentos financeiros									
Aplicações financeiras	80.135	2	-	-	-	80.137	80.137	80.137	
Valor justo por meio do resultado	80.135	2	-	-	-	80.137	80.137	80.137	
Contraprestações pecuniárias a receber (a)	-	7.139	-	-	-	7.139	-	7.139	
Provisões técnicas	-	20.159	16	53	61	18	-	20.307	

Descrição	Sem vencimento	Até					Valor de custo	Valor de mercado	Valor contábil
		01 ano	De 1 ano até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos			
Instrumentos financeiros									
Aplicações financeiras	51.083	-	-	-	-	51.083	51.083	51.083	
Valor justo por meio do resultado	51.083	-	-	-	-	51.083	51.083	51.083	
Contraprestações pecuniárias a receber (a)	-	4.894	-	-	-	4.894	-	-	
Provisões técnicas	-	23.526	5	40	69	39	-	23.679	

(a) Considera a contraprestação pecuniária a vencer, líquida de redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Descrição	2023	2022
A vencer		
A vencer entre 1 e 30 dias	1.987	2.743
A vencer entre 31 e 60 dias	1.509	1.411
A vencer entre 61 e 180 dias	3.028	1.908
A vencer entre 181 e 365 dias	1.196	887
Total	7.720	6.949
Redução ao valor recuperável	(581)	(2.055)
Total a vencer	7.139	4.894
Vencidos		
Vencidos entre 1 e 30 dias	6.690	6.194
Vencidos entre 31 e 60 dias	4.799	4.430
Vencidos entre 61 e 180 dias	5.202	6.482
Vencidos entre 181 e 365 dias	6.819	9.600
Vencidos acima de 365 dias	59.371	42.760
Total	82.881	69.466
Redução ao valor recuperável	(74.030)	(62.761)
Total vencidos	8.851	6.705
Total de prêmios a receber	90.601	76.415
Total de redução ao valor recuperável (a)	(74.611)	(64.816)
Total	15.990	11.599

(a) A redução ao valor recuperável é constituída com base nas contraprestações pecuniárias vencidas e a vencer, sendo que nos planos individuais, os contratos com pelo menos uma parcela vencida há mais de sessenta dias, são provisionados em sua totalidade. Para os demais planos, a totalidade das parcelas é provisionada quando os contratos possuem pelo menos uma parcela vencida há mais de noventa dias.

Descrição	2023	2022
Créditos tributários e previdenciários		
Impostos a compensar/recuperar	4.315	4.518
PIS e COFINS sobre provisão de eventos/ sinistros a liquidar e PEONA	443	684
Total	4.758	5.202
Circulante	1.915	1.478
Não circulante	2.843	3.724
Ativo fiscal diferido líquido dos tributos passivos diferidos	7.462	8.314
- IR/CSLL sobre diferenças temporárias	(9.449)	(3.537)
- Tributos diferidos passivos	(1.987)	4.777
Total	(1.987)	4.777
Não circulante	(1.987)	4.777

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, objetivando obter o reconhecimento judicial, no sentido de afastar a tributação pelo IRPJ e CSLL, incidente sobre receitas provenientes da correção com base na aplicação da taxa SELIC, de débitos tributários apurados nos cálculos dos seus resultados fiscais. Na data de 24/09/2021, por unanimidade, o pleno do Supremo Tribunal Federal (STF), sob o abrigo do Instituto da repercussão geral, firmou o entendimento de que tais receitas não deveriam submeter-se à tributação pelas exceções do IRPJ e CSLL. Esta manifestação do STF poderá ainda ser objeto de recursos que limitem a fruição dos benefícios por parte das autoras do Mandado de Segurança. O processo em que a Companhia figurou como autora no ano de 2021 registrou os benefícios econômicos acumulados desde a data do crédito provenientes da referida disputa judicial, em conformidade com a sua melhor estimativa, para a data de 31/12/2023 no valor de R\$450 (R\$234 em 2022). O reconhecimento do benefício econômico a que fazemos alusão neste parágrafo é decorrente da posição firmada pelos advogados que patrocinam estas disputas, que reputam como provável a realização do ganho, aderente às disposições consignadas no Ofício IBRACON (Instituto de Auditoria Independente do Brasil) Circulante nº 09/2021. Em 29/04/2022, o plenário do STF decidiu pela modulação dos efeitos do acórdão aqui em destaque, restringindo o aproveitamento de eventuais benefícios econômicos decorrentes da aplicação deste entendimento às situações em que os fatos geradores, objeto desta disputa, tenham ocorrido anteriormente à data de 30/09/2021, exclusivamente, a ação judicial foi distribuída anteriormente à data de 17/09/2021. Nos exatos termos desta modulação de efeitos, procedemos com a reversão parcial dos créditos registrados na Companhia.

Descrição	Incor-		Atual-		Baixa /	Saldo em
	poração	Adição	ização	compen-		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	705	1.022	2.925	192	(2.280)	2.564
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	357	172	621	70	(663)	557
Programa de Integração Social - PIS	103	2	2	-	-	107
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	619	11	6	-	-	636
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	742	-	38	-	(298)	482
Outros	12	-	191	12	(43)	172
Total	2.538	1.207	3.783	274	(3.284)	4.518
Circulante						1.479
Não circulante						3.039

Descrição	Saldo em		Atual-		Baixa /	Saldo em
	31/12/2022	Adição	ização	compen-		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.564	2.276	175	(2.312)	-	2.703
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	557	305	59	(506)	-	415
Programa de Integração Social - PIS	107	1	-	(2)	-	106
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	636	4	-	(8)		

continuação

Sul América Odontológico S.A. | CNPJ 11.973.134/0001-05

13.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:						14.5. Distribuição do resultado:				demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:				
Descrição	Saldo em 01/01/2022	Incorporação Prodent	Atualização Adições	Pagamentos/monetária	Saldo em 31/12/2022	Descrição	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Cíveis e trabalhistas:						Lucro antes dos impostos e participações	30.072	25.505						
Cíveis	673	1.772	1.100	203	(2.196)	(-) Impostos e contribuições	(8.886)	2.428						
Trabalhistas	231	188	303	36	(169)	(-) Participações	(1.078)	115						
Honorários	99	213	184	-	(283)	Lucro líquido do exercício	20.108	28.048						
Outros	579	435	728	176	(562)	Constituição da reserva legal	(1.005)	(1.402)						
Subtotal	1.582	2.608	2.315	415	(3.210)	Lucro líquido ajustado	19.103	26.646						
Tributárias:						Dividendos obrigatórios								
ISS	-	2.478	-	51	(2.416)	25% do lucro líquido ajustado (a)	4.776	6.662						
Honorários	5	-	3	-	(1)	(-) Dividendos antecipados a serem imputados nos dividendos obrigatórios (b)	-	6.662						
Outros	-	-	301	-	-	(-) Dividendos antecipados a não serem imputados nos dividendos obrigatórios	-	19.984						
Subtotal	5	2.478	304	51	(2.417)	Saldo dos dividendos obrigatórios: (d) = (a) - (b) - (c)	4.776	-						
Total	1.587	5.086	2.619	466	(5.627)	Saldo dos dividendos obrigatórios propostos	4.776	-						
Circulante						Destinação:								
Não circulante						Constituição de reserva estatutária	14.327	-						
						15. Detalhamento das contas de resultado: 15.1. Contraprestações líquidas:								
Descrição	Saldo em 31/12/2022	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/ baixas	Saldo em 31/12/2023	Descrição	2023	2022						
Cíveis e trabalhistas:						Plano coletivo com patrocinador	81.154	89.245						
Cíveis	1.552	922	161	(1.274)	1.361	Plano coletivo por adesão	1.339	1.850						
Trabalhistas	589	816	147	(146)	1.406	Planos Individuais / Familiares	79.344	60.262						
Honorários	213	161	-	(188)	186	Total	161.837	151.357						
Outros	1.356	481	178	(784)	1.231	(a) Refere-se a Planos Individuais/Familiares								
Subtotal	3.710	2.380	486	(2.392)	4.184	15.2. Eventos conhecidos ou avisados:								
Tributárias:														
ISS	113	-	13	-	126									
Honorários	7	-	9	(8)	8									
Outros	301	-	5	-	306									
Subtotal	421	-	27	(8)	440									
Total	4.131	2.380	513	(2.400)	4.624									
Circulante														
Não circulante														

13.3. Contingências: Em 31/12/2023, o valor total em discussão dos processos judiciais tributários, cíveis e trabalhistas especiais, cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" é de, respectivamente, R\$508 (R\$484 em 2022), R\$2.191 (R\$1.852 em 2022) e R\$2.200 (R\$2.691 em 2022). **14. Patrimônio líquido:** 14.1. Capital social: Em 31/12/2023 e 2022, o capital social da Companhia é de R\$202.595, representado por 105.180.547 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. 14.2. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. 14.3. Reserva estatutária: A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações para reserva legal, de lucros e de contingências, quando for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido o limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da administração, deverá deliberar sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos. 14.4. Política de distribuição de dividendos: **Dividendos obrigatórios:** O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado, em consonância com a legislação em vigor. Em 29/04/2022, os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Ordinária a distribuição do dividendo obrigatório referente ao exercício social findo em 31/12/2021, no montante de R\$5.692 e R\$17.077 para distribuição de dividendos complementares, aos quais foram imputados o dividendo e parte do dividendo intermediário declarados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 25/10/2021, não havendo, desta forma, saldo de dividendo a pagar. Em 27/05/2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$20.000, com base no saldo das reservas de lucros da Companhia existentes em 31/12/2021, sendo R\$0,19 (em reais) por ação, pagos aos acionistas em 27/05/2022. Em 24/10/2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalar no montante de R\$8.000, com base no lucro apurado no balanço patrimonial de 30/09/2022, sendo R\$0,08 (em reais) por ação, pagos aos acionistas em 25/10/2022. Em 29/11/2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalar no montante de R\$10.000, com base no lucro apurado no balanço patrimonial de 31/10/2022, sendo R\$0,10 (em reais) por ação, pagos aos acionistas em 29/11/2022. Em 28/04/2023, os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Ordinária a distribuição do dividendo obrigatório referente ao exercício social findo em 31/12/2022, no montante de R\$6.662 e R\$19.985 para distribuição de dividendos complementares, ao montante foram imputados os dividendos intercalares declarados nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 24/10/2022 e 29/11/2022 e parte do dividendo intermediário declarado pelo mesmo Conselho de Administração em 27/05/2022, não havendo, desta forma, saldo de dividendo a pagar.

Diretoria: Diretora Presidente: Raquel Reis Correa. **Diretor Vice-Presidente:** Leonardo Fraga Pacheco. **Diretores (as):** Gláucia Maria Ribeiro de Carvalho; Gustavo Kohn Giometti; Heitor Augusto Pereira Barbosa; Jefferson Klock; Jonas Berbert Pulcheri; Juliano Kiguchi Tomazela; Otávio de Garcia Lazzano; Rafael Pinto Fróis; Raquel Dourado Imbassahy Conrad; Simone Cesena Duarte; Solange Zaquem Thompson Motta; Tereza Villas Boas Veloso; e Thiago de Carvalho Gomes. **Contadora:** Flávia Vieira Pereira - CRC-RJ 094.933/O-3. **Atuária:** Cecília Avila de Paschoa Figueiredo - MIBA / MTPS / 2163.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores e Acionistas da Sul América Odontológico S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Odontológico S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança**

pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou

representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 27 de março de 2024. Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-015199/F Marcelo Felipe L. de Sá Sócio Contador CRC RJ-094644/O



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0561-AC23-A6BC-F942> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0561-AC23-A6BC-F942



Hash do Documento

7F61FE18088311264F0652BBACC11D5B46E5D078CEF270A54DD79B630295F58A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 28/03/2024 11:34
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

